

Parente de governante poderá se candidatar

BRASÍLIA — Para viabilizar a candidatura a prefeito de alguns constituintes, os líderes partidários fecharam ontem novo acordo sobre o dispositivo que trata da inelegibilidade de parentes de prefeitos, governadores ou do Presidente da República.

O princípio da inelegibilidade será mantido no Capítulo dos Direitos Políticos, mas uma alteração nas Disposições Transitórias — a supressão da exigência de cumprimento da metade do mandato — possibilitará a candidatura dos parlamentares parentes de ocupantes de cargos executivos. Um dos beneficiados será o Deputado Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), candidato a Prefeito de Campina Grande e filho do atual Prefeito.

— Foi um casuismozinho, mas aceitamos porque somos contra o princípio da inelegibilidade — explicou o Deputado José Genoíno (PT-SP).

Não houve acordo em duas questões polêmicas — o voto facultativo aos 16 anos e a reeleição de prefeitos. O Líder do PMDB, Nélson Jobim (RS), votará pela manutenção do voto aos 16 anos, mas deixará a questão em aberto na bancada. Caberá ao Centrão e aos líderes do Governo conseguir os 280 votos para derrubar



Telefoto de Luiz Antonio

Líderes partidários não chegaram a acordo sobre o voto aos 16 anos

este dispositivo. A reeleição dos prefeitos não chegou a ser discutida.

Outro motivo de debate foi a elegibilidade do militar. O texto do projeto de Constituição prevê que o militar com menos de dez anos de serviço será afastado da atividade. Se contar com mais de dez anos de serviço será agregado a partir da filiação partidária e, eleito, passará à inatividade.

Uma emenda do Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) reduz este prazo para cinco anos, além de estabelecer

que a filiação deverá ocorrer nos oito dias anteriores à convenção partidária. A filiação será cancelada se o militar não for indicado ou não for eleito. A proposta foi aceita pelos líderes, mas contestada pelos assessores militares que acompanharam a reunião na ante-sala do gabinete da Liderança do PMDB. Fixado o prazo de cinco anos, um militar poderá deixar as Forças Armadas até um ano depois de formado. Os assessores observaram que é muito pouco tempo para o militar retribuir o investimento feito em sua formação.

Sem acordo, direito de greve será decidido hoje no voto

BRASÍLIA — Devido à resistência do PT em aceitar a restrição do direito de greve à defesa dos interesses dos trabalhadores — como propuseram os integrantes do Centrão —, a questão será definida pelo voto, na sessão de hoje à tarde. Sem acordo, caberá aos “progressistas” a tarefa de conseguir o quorum de 280 votos para manter o texto aprovado no primeiro turno, no qual o direito de greve é irrestrito. Também vai à votação a estabilidade do dirigente sindical.

O Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PE), aceitava os termos do acordo proposto pelos “moderados”, argumentando que a inclusão da expressão “seus” na introdução do artigo 9 não restringiria o direito de greve à defesa dos interesses trabalhistas. Agora, ele responsabiliza o PT pela garantia do quorum de 280 votos:

— Talvez o PT faça o que o Governo não conseguiu: parar a Constitui-

ção por falta de quorum.

Interessado num acordo, o Líder do PFL, Deputado José Lourenço (BA), acompanhado pelo Vice-Líder Inocêncio de Oliveira (PE), procurou o Líder do PMDB, Deputado Nélson Jobim (RS), no final de sessão.

— Mesmo sem o PT vamos fechar um acordo? — propôs Lourenço.

— O Magri (Rogério Magri, Presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo) é contra a greve política — reforçou Inocêncio.

Antes que Jobim pudesse dar uma resposta, Lourenço insistiu:

— O Magri quer que fique apenas “é livre o direito de greve”, como é na Itália.

Nélson Jobim não deu resposta definitiva, mas ficou de analisar a questão na reunião de líderes marcada para a manhã de hoje, quando será feita a última tentativa de acordo. Roberto Freire argumenta que a introdução de texto novo no projeto

— como exige a proposta do Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) — só pode ocorrer com a aprovação unânime dos líderes partidários.

Preocupado com a manutenção do direito irrestrito de greve, Ponte procurou o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, para colher informações sobre os reflexos desta decisão. Segundo o Deputado, Pazzianotto afirmou que, se for mantido o atual texto do projeto de Constituição, a aplicação será a da legislação em vigor, porque a inflexibilidade deste texto impedirá a elaboração de uma nova lei de greve.

Também será decidida no voto a questão da estabilidade do dirigente ou representante sindical. Ponte argumenta que, a partir da instituição da liberdade de organização sindical, cada sindicato pode definir o número de integrantes de sua diretoria:

— Assim, um sindicato poderia incluir até 500 membros na sua diretoria, garantindo estabilidade a todos.

As mãos

PARA O Presidente da Constituinte, segundo frase dramática em sua conversa com o Presidente de Portugal, Mário Soares, o destino do País está nas mãos do Ministro da Fazenda.

POIS não está. O Ministro Mailson da Nóbrega não é Primeiro-Ministro de um regime parlamentarista. A política que traçou e defende depende de rigoroso entrosamento com os demais Ministérios, cujos titulares não devem obediência ao seu colega da Fazenda.

AS MÃOS a que deveria se referir o Deputado Ulysses Guimarães são as do Presidente da República.

É UMA responsabilidade intransferível.

Reunião de evangélicos acaba em acusações

Uma reunião de líderes de igrejas evangélicas, cujo objetivo era denunciar os constituintes evangélicos acusados de praticarem fisiologismo, resultou, ontem, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio, em discussões acirradas em que não faltaram ofensas pessoais.

Nervoso, o Deputado federal João de Deus (PTB-RS), que não fora convidado para o encontro, tumultuou o ambiente quando, aos gritos, interrompeu o discurso do representante da Igreja Congregacional, Ary Madureira, para acusar o pastor Cláudio Ribeiro, que o havia convidado para conversar fora do auditório.

— Ele quer me agredir! Acompanhado do também Deputado federal Salatiel Carvalho (PFL-PE), João de Deus anunciou que entrará com ação judicial para exigir provas das acusações de que, em troca de apoio ao Governo na Constituinte, recebera cinco estações de rádio e postos de gasolina.

Com as mãos sujas de chocolate, que comia durante a reunião, João de Deus ficou chocado quando o Bispo Paulo Ayres, Presidente do Centro Ecumênico de Documentação e Informação da Igreja Metodista, o interpelou:

— Quero ver como o senhor vai votar o capítulo da Constituição que trata da exigência do mandato judicial para a execução de prisões. O senhor é acusado e terá que provar sua inocência, Deputado.